

Bioética

C.J.SERAPIÃO

*Prof. de Bioética da Fundação Técnico-Educacional
Souza Marques*

Há fortes indícios de que os chamados avanços tecnológicos, porque desacompanhados de um profundo re-exame das principais premissas e valores de nossa cultura, estejam contribuindo para perturbar o equilíbrio social, destruindo sistemas ecológicos e tornando urgente e universal a preocupação de buscar soluções para os principais problemas destes tempos.

Não foi sem motivos, que a filosofia observou o fato extraordinário e inesperado da ascensão da ética, com os debates saindo do ambiente de trabalho dos doutores e filósofos, para se tornar motivo de discussão entre “leigos”, profissionais da pesquisa científica, das instituições de saúde, dos meios de comunicação etc. A mídia já começa a repetir que a ética, a estética e a biotecnologia, serão as grandes preocupações do próximo século.

A Bioética definida como o estudo sistemático da conduta humana, no campo das ciências biológicas e da atenção à saúde, na medida em que esta seja examinada à luz de valores e princípios morais, é o campo interdisciplinar da ética aplicada contemporânea que vem se con-

solidando, desde os anos subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial.

Quando atentamos para a primeira parte do vocábulo *bio*, estamos verdadeiramente no excitante, complexo e muitas vezes problemático campo da medicina, das ciências da vida, da psicologia, da biotecnologia, da genética que, numa dimensão ampla e atual do conceito de vida, incorporam o meio ambiente e mesmo o espaço cósmico, no universo de preocupações quanto ao comportamento social do homem.

Mesmo uma visão holística e plural, resultante da evolução crítica do pensamento cartesiano, nos permite apenas uma abordagem limitada dos problemas orgânicos no campo da Biologia, da Medicina, da Psicologia, da Economia, da Política etc.

Ao mesmo tempo que nos aponta para a existência de um impasse, abre um horizonte iluminado pelo exercício do diálogo universal, com a plena comunicação entre as várias partes interessadas no processo, as experiências dos múltiplos sistemas de vida, as novas estruturas conceituais para a Economia e a Tecnologia e a abertura para discussão de todos os assuntos pertinentes à vida, com o rompimento do hermetismo científico.

Culmina com uma perspectiva ecológica que aperfeiçoa as teorias éticas antropocêntricas e reconhece a definida universalidade do protagonismo ético da mulher, concretizando uma opção individualizada de liberdade, ao mesmo tempo que, realmente, universaliza as normas

morais e os sistemas de valores que foram sempre propostos para os humanos, sem o engodo oferecido pelos movimentos mais extremos.

A outra porção da nossa palavra (bio + ética) origina-se do grego *ethos* com o sentido de hábitos e costumes que resultam de contínua repetição das mesmas atitudes e dos mesmos atos, e compreende o estudo da moralidade social. A moralidade é um instituto social capaz de ser aprendido e, do mesmo modo que a liberdade, não nos é inata e tampouco outorgada, tem que ser conquistada.

Algumas pessoas pensam e dizem que a moralidade está fora de moda e que “moral é mais um problema do gosto do que da razão”. Não é simples discutir comportamentos e traçar rumos para a própria existência num momento em que o ser humano tornou-se um problema de si mesmo.

O ser humano permanece preocupado em construir um abrigo protetor permanente. A ética não é portanto alguma coisa já pronta e acabada. Há que torná-la paulatinamente habitável. Ninguém nasce ético, como ninguém nasce livre. É ético tudo aquilo que colabora para tornar o ambiente saudável, materialmente sustentável, social e psicologicamente integrado.

Aristóteles afirmou na antiguidade “alguns colocam o bem humano e a finalidade da vida nos prazeres, outros nas honrarias e terceiros na glória política” e, sem comparar com o hodierno, podemos citar múltiplas teorias que a cada momento da história da humanidade buscou oferecer instrumentos para o exercício moral: teorias utilitaristas, a razão pura kantiana, a teoria da justiça de Rawls, a ética da libertação, os argumentos de Habermas, para lembrar umas poucas entre as muitas existentes que fundamentam o estudo da ética.

É uma determinada ação, moralmente aceitável? Eis a grande pergunta que temos todos que responder e a todo momento, usando critérios e meios desenvolvidos por intuição ou oferecidos

pelo exercício da ética. A moral não consiste em obedecer ordens. Ainda que uma moral desse tipo fosse adequada para uma criança, certamente seria imprópria para um adulto.

As situações para decidir se apresentam continuamente: o aborto, a eutanásia, os transplantes e a doação de órgãos, a razão da vida, a morte, as tecnologias reprodutivas, o consumo, a biotecnologia, a biossegurança, o meio ambiente, o lixo atômico, as novas ações terapêuticas, o genoma, a engenharia genética, as pesquisas envolvendo seres humanos e animais, o mercado, a justa distribuição dos recursos etc.

É tudo isto que induz ao reconhecimento da verdadeira revolução que está ocorrendo ao nosso redor e, mesmo compreendendo que não necessariamente tenhamos que ser expertos, nem mesmo amadores competentes, devemos contudo, nos comportar como cidadãos informados do quanto o desenvolvimento destes campos influenciam e produzem intenso impacto em nossas vidas e em nosso comportamento social.

Entre as necessidades de uma sociedade, existe uma forte apelo para a aquiescência e a passiva observação, que provavelmente muito bem se caracterizava pelo “assistir televisão”, pelas diversões eletrônicas, pela realidade virtual etc. Isto vem conduzindo a uma maior ênfase do conteúdo emocional que nos impulsiona de maneira quase frenética, e uma redução, por outro lado, da nossa capacidade analítica e intelectual, a qual tem tradicionalmente contribuído para fortalecer a meta da auto-determinação, numa mistura saudável e harmônica de razão e emoção.

Um cuidado especial deve ser exercitado com respeito às metas da ciência. A ciência não pode ela mesma sugerir e até condicionar os destinos da civilização humana. O pesquisador é socialmente responsável pelos conhecimentos que ele cria e pelas conseqüências que advenham para a humanidade.

A tarefa de como desenvolver estas metas da ciência é desempenhada de modo equilibrado entre o que pode e o que deve ser feito. Quando nos debruçamos sobre a engenharia genética e todos os avanços correlatos há momento para refletir o quanto ainda vai aumentar o nosso poder sobre a natureza.

Alcançar um adequado controle sobre as metas da ciência e da tecnologia é talvez a mais importante tarefa política e moral do próximo século.

Nós, naturalmente, pertencemos à natureza e nos colocamos fora dela para estudá-la cientificamente, de modo que possamos alterá-la e controlá-la tecnologicamente. E porque pertencemos a esta natureza, ao estudá-la e perseguir seu controle, aumentamos o nosso poder sobre ela e sobre nós mesmos.

Citando o físico Leon Kass... Nós somos portanto agente e cada vez mais paciente do nosso projeto científico para dominar a natureza. O impacto destes estudos se faz sentir em quase todos os estágios da vida humana, suas relações, a família, a reprodução, os cuidados com os velhos, a doação de órgãos, a eutanásia etc.

Não há dúvidas de que todo avanço científico cria dilema ético.

Meditando no futuro, podemos perguntar: Quais serão os principais desafios éticos para a bioética, no próximo século?

Uma primeira conclusão que podemos chegar é que a tecnologia biomédica e de outras ciências, originalmente destinadas a assistir e expandir as capacidades humanas, começam agora a ficar “fora de controle”.

Não somente cria problemas fundamentais, como o de pensar sobre o nascimento do indivíduo (tratamento neonatal de mal-formados); como o valor e a transformação em objeto, de partes do corpo (provimento de órgãos para transplantes); os valores da família e da sociedade (o direito de morrer), como também se envolve com problemas

éticos da distribuição de haveres (ricos e pobres) – (nações ricas e nações pobres); desigualdades na aplicação de recursos em saúde nestes países etc.

O deslocamento do fulcro ético do homem para o ecossistema do qual ele é parte integrante, traz a noção da ética do meio ambiente, envolvendo responsabilidades quanto às intervenções na vida humana e no ambiente.

Para H. Maturana, “a evolução orgânica ocorre como um fenômeno de derivação estrutural sob contínua seleção filogenética no qual não há progresso nem otimização do uso do ambiente, porém somente conservação da adaptação, em um processo em que organismo e ambiente permanecem em um contínuo acoplamento estrutural.”

Já representa quase uma palavra de ordem a afirmação de que devemos passar para as próximas gerações, os mesmos ou até melhores recursos naturais os quais desfrutamos. Nesse momento, é essencial professar o conceito de que “o modo como vemos o meio ambiente dita o modo como o tratamos”.

Andrew Pullin, da Escola de Ciências Biológicas de Birmingham, encerra um de seus artigos dizendo: “Recentes pesquisas sobre o clima e poluentes globais têm mostrado que nós alcançamos os limites máximos de perturbação que o nosso ambiente pode suportar sem que sobrevenham imprevisíveis e catastróficas modificações. Reduzir o consumo e limitar o bemestar material, está se tornando a principal tarefa e o mais difícil desafio das nações desenvolvidas”.

Que finalidade se poderia dar aos novos conhecimentos científicos? Os seres humanos estudando sua natureza biológica e intervindo para alterá-la têm chegado a um ponto que é problema e solução ao mesmo tempo.

Talvez a melhor das explicações para o ordem natural das coisas tenha sido dada por Albert Jonsen, da Universidade de Washington,

quando disse: “as tecnologias reprodutivas deveriam ser orientadas por intervenções que promovam uma relação estável no corpo da família”. E continua... “esta afirmação abre espaço para amplas interpretações, porém inegavelmente apela para a ordem natural das coisas, quando a família é a base da sociedade, sem deixar de perguntar – o que é, no mundo de hoje, uma família ou mesmo uma comunidade?”

Meditar em torno das metas da medicina, pode ser um exercício de raciocínio bastante rico.

É sua meta preservar a vida? ou melhor seria preservá-la dentro de um contexto pessoal, de família e social, que estabeleça fronteiras para as chamadas intervenções tecnológicas?

Tradicionalmente, a medicina se ocupou de não lesar - “*primum non nocere*”. Quais os seus atuais e reais limites?

Estamos perseguindo a vida eterna na terra?

“No momento que se possa não ter que morrer, talvez comece o desejo de morrer !”

Este é o espaço da discussão sobre o direito de morrer – a eutanásia.

O debate moral sobre a eutanásia não é somente mais um em uma longa lista de argumentos postos à discussão em nossa sociedade pluralista. É dos assuntos mais conspícuos no pensamento ocidental.

Em primeiro lugar, questiona-se a legitimidade de uma pessoa matar a outra; em seguida, discute-se como se poderia legalizá-la sem abrir inexoravelmente espaços para abusos de toda natureza; além disso, afeta o problema dos limites da auto-determinação; e culmina, por tentar atribuir à medicina a função de apoiar o indivíduo na busca de sua visão pessoal de vida “boa” .

Nas palavras de Pellegrine “A Medicina é uma relação de cura”. Sua missão, a longo prazo, é a de preservar e restaurar a saúde, e a curto prazo, de curar e ajudar ao paciente, mitigando seus sofrimentos. A medicina está solidamente

enraizada na verdade e na confiança. O médico invoca confiança quando oferece ajuda. O paciente é forçado a confiar, pois lhe faltam poderes e condições de curar a si próprio sem ajuda.

O paciente é dependente das convicções e do caráter do médico. A confiança do paciente se fundamenta no saber que o médico busca até o último momento a sua cura. Nunca imagina que esta busca da cura possa ser substituída por sua morte.

Qual paciente confiaria num médico que perseguisse com competência todas as medidas capazes de beneficiá-lo, mas que incluísse, frente a um desafio intransponível, a alternativa de influenciá-lo para encontrar como saída – a morte?

Umhas poucas palavras sobre os Comitês de Bioética.

O nascimento e proliferação de comitês éticos nos diversos campos da vida social é um sintoma claro de que a ética, além de sua tarefa fundamentadora da moral, tem hoje uma definida função a cumprir.

Nos hospitais, a dos comitês de Bioética expressa o desejo de potencialização da cultura médica, desejo que pode ter uma dupla leitura: a de que os profissionais de saúde vão tomando cada vez maior consciência de que sua atividade não é meramente técnica, senão que vem orientada por valores e princípios e, portanto, é necessário continuamente zelar por sua moral; e a de que a missão destes comitês consiste também em prestar permanente assessoramento frente a dilemas éticos, ajudando a proteger a relação dos profissionais com os pacientes, prosseguindo numa tarefa formativa que nunca estará concluída pois que é dinâmica e evolutiva.

A crescente consciência de que é preciso proteger aos sujeitos que são objeto de experimentação e pesquisa torna imprescindível a existência de instrumentos que garantam a proteção aos submetidos à pesquisa clínica.

A idoneidade do responsável pela pesquisa, cuja honestidade incluiria não fabricar, falsificar ou manipular os dados, tornando confiáveis todos os aspectos da pesquisa, uma permanente preocupação em afastar erros metodológicos, ou mesmo os chamados erros humanos, ao lado de prevenir falsas interpretações e conflitos de interesse.

A autonomia e dignidade do sujeito da pesquisa, a eficácia científica, e muitos outros requisitos são fundamentais no julgamento e aceitação de um projeto.

E por final, o não pouco importante campo da ética e o poder público.

Para Weber “ poder significa a probabilidade de impor sua própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”.

Continua por “distinguir duas classes de poder: a dominação que repousa na habilidade de alguém para influir sobre o interesse dos outros; e a dominação que se fundamenta na autoridade, quer dizer, no poder de mandar e a obrigação de obedecer”.

A quantidade de poder que o Estado exerce sobre os cidadãos é inversamente proporcional ao chamado desenvolvimento moral dos indivíduos. Neste ponto, voltam-se a encontrar os limites do poder e a autoridade.

Quanto mais públicos sejam os mandatos que surgem do Estado, maior é a probabilidade de que o poder se converta em autoridade, isto é, de que os cidadãos não só obedçam, senão que também compartilhem das políticas implementadas pelos governantes.

Se um poder é verdadeiramente público, converte-se em autoridade.

TEORIAS ÉTICAS

Algumas pessoas interessadas na ética, não vêm a necessidade do que elas chamam de teorias

“abstratas”, e consideram as atuais regras e convenções suficientemente confortáveis e adequadas. Outras, pelo contrário, sentem a necessidade de ampliar os parâmetros tradicionais que consideram incompletos, pouco claros e inconsistentes.

Esta é a razão para a existência de um grande número de teorias éticas, entre as quais podemos citar algumas das mais conhecidas, ao mesmo tempo que apresentar alguns aspectos bem simplificados de suas principais características:

Teoria utilitarista

Teoria Kantiana

As virtude éticas

Teoria principialista

Teoria dos argumentos Teoria da libertação.

Teoria utilitarista (Jeremy Bentham e John Start Mill) – Fundamenta-se na tese de que uma ação é boa quando leva às melhores conseqüências ou a um mínimo de más conseqüências. O princípio da utilidade – maximiza o bom: estabelece o padrão do que é bom e

apela para o consequencialismo, ou seja o bom da ação é em função de suas respectivas resultantes.

Teoria kantiana (Immanuel Kant) – Muitas vezes chamada de deontológica propõe que um ato é moralmente aceitável não porque resulte de razões de interesse próprio ou de uma disposição natural, porém em função de uma obrigação ou dever. Kant estabelece como base última para a validade das regras morais, a razão pura, não a intuição, consciência ou utilidade.

A moralidade, então, provém de uma rede racional de princípios e regras que limita e guia a todos, sem levar em conta os interesses e aspectos pessoais. As regras morais são de aplicação universal e o fundamento dos princípios morais é a razão humana.

O princípio supremo de Kant, também chamado de “lei moral” pode ser expressa como se

segue: “Eu somente devo agir de tal maneira que minhas ações possam se tornar lei universal”. A esta verdadeira regra de ouro, Kant chamou de “imperativo categórico” que se contrapõe ao chamado imperativo hipotético que admite uma espécie de condicional. Isto é: Se eu intento alcançar tal ou qual final, então eu devo agir assim ou assim.

Para Kant o imperativo hipotético não era uma verdadeiro imperativo moral, uma vez que este deve existir independente de nossas vontades ou interesses.

Outro aspecto importante da teoria Kantiana diz respeito à consideração com as pessoas. Fica estipulado que: “ Deve-se agir no trato de cada pessoa como se ela fosse o fim e nunca usá-la como um meio”. Tal imperativo insiste que se deva tratar as pessoas como tendo sua meta autonomamente estabelecida e que nunca se deve tratá-la como um meio para alcançar a meta de outrem.

As *virtude éticas* descendem da clássica tradição helenística representada por Platão e Aristóteles. Aristóteles afirmava que as virtudes não são um sentimento ou uma capacidade inata, porém melhor que isso, seria uma disposição desenvolvida a partir de uma capacidade inata devidamente treinada e exercitada. As pessoas se tornam virtuosas, ou seja, adquirem virtudes da mesma maneira que adquirem destreza como carpinteiro, tocam instrumentos musicais ou cozinham.

Para Aristóteles a virtude não é natural ou artificial, ela é simplesmente cultivada e feita parte do indivíduo tal como acontece com a linguagem ou a tradição. Uma pessoa justa, por exemplo, não somente tem uma disposição para agir assim, naturalmente, como também possui um desejo moral apropriado de fazê-lo. A ética da virtude é muito mais do que um treinamento ou hábito.

Consideremos o caso de um médico que cumpre suas obrigações morais porém cujas

razões e princípios não são moralmente adequados. Ele detesta sua profissão e odeia ter que usar seu tempo com cada paciente que bate à sua porta para contar seus sofrimentos. Tudo o que ele quer é ganhar honestamente seu dinheiro e evitar problemas de mal-prática. Embora este indivíduo cumpra suas obrigações morais, alguma coisa em seu caráter está profundamente deformado.

Teoria principialista – Proposta por Beauchamp, baseia-se na necessidade de princípios fundamentais para interpretar e resolver os problemas bioéticos. Três princípios morais têm sido considerados como úteis para o raciocínio bioético: autonomia, beneficência e justiça. À beneficência agrega-se a não maleficência.

O respeito pela autonomia é um princípio frequentemente invocado na bioética. Historicamente, a palavra autonomia pode ser dividida em *auto* (próprio) e *nomos* (regra ou lei). Ou seja, é o princípio da existência de uma vontade própria, em que as ações não devem estar sujeitas a qualquer constrangimento ou controle de outros. Vamos encontrar em todos os códigos deontológicos profissionais, o respeito pela autonomia.

A maior dificuldade enfrentada por este nobre princípio de respeito pela autonomia, surge quando necessitamos interpretar seu significado para contextos particulares e limitar de modo preciso sua utilização. Vejamos o conflito resultante da recusa a tratamento médico como acontece com os testemunhas de Jeová que se negam a receber transfusões de sangue.

A beneficência ou seja, fazer o bem, é princípio fundamental inclusive em algumas profissões como a médica cuja máxima *primum non nocere* (antes de tudo não prejudicar) se encontra em seu código deontológico.

De acordo com Frankena, o princípio da beneficência pode ser expresso como incluindo os

seguintes elementos: a) não se deve infringir mal ou produzir lesão (não maleficência); b) deve-se prevenir mal ou lesão; c) deve-se remover mal ou lesão; d) deve-se fazer ou promover o bem.

Um aspecto importante nesta teoria ética é que os princípios como o da beneficência poderiam ser interpretados como geradores de obrigações. Alguns filósofos têm insistido em afirmar que esta forma de ação beneficente é virtuosa em uma moral ideal, porém não é uma obrigação.

A estes dois princípios se soma o da justiça. Diz-se que toda sociedade civilizada é uma aventura cooperativa estruturada por princípios morais, legais e culturais, que definem os termos desta cooperação social.

Não existe uma teoria única de justiça. Vamos encontrar nos aspectos distributivos da justiça, o princípio da equidade. Os princípios baseados na igualdade enfatizam um igual acesso aos bens primários; aqueles baseados nas teorias utilitárias afirmam que a distribuição econômica ideal é aquela que maximiza o efeito utilitário da distribuição.

A justiça é o fundamento de toda discussão sobre ética, lei e coisa pública.

TEORIA DOS ARGUMENTOS

Constitui uma das principais teorias morais no cenário filosófico contemporâneo e tem em Jürgen Habermas, pensador alemão, um dos mais importantes representantes. A perspectiva dita *habermasiana* de uma moral deontológica, cognitivista, formalista e universalista, é definida fundamentalmente por seu estrito caráter argumentativo.

As proposições básicas da ética da argumentação são as seguintes: a) os princípios dependem da criatividade dos participantes do diálogo; b) para solucionar problemas éticos concretos adota-se um princípio diretor e não uma teoria global; c) o princípio ético diretor resulta do consenso entre todos os interlocutores na

discussão do problema; d) a solução adotada não passa a ser uma regra definitiva a ser aplicada sempre e por igual.

Reafirma-se o império da competência através da valorização da qualidade do argumento, cuja validade, para um determinado problema ou solução, perdura o tanto quanto permitam as novas situações e circunstâncias.

Confirma a não relatividade da ética porque introduz na discussão as tradições e cultura dos participantes, sem admitir que este pudesse ser um filtro de uso individual na interpretação das propostas éticas resultantes.

Este chamado diálogo argumentativo acaba enriquecido pela amplitude da visão dos participantes, e de modo definido incorpora o tempo e o espaço na discussão dos problemas de vez que se dá num contexto que não exclui as experiências e reflexões prévias à discussão.

TEORIA DA LIBERTAÇÃO

Nos chamados países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, cresce a importância da chamada ética da libertação que, formula uma proposta de liberdade para o homem a partir de se contrapor a alguma coisa que o mantinha preso e escravo de um regime injusto: a proposta é a de criação de uma sociedade baseada na igualdade e na justiça.

Está centrada nos problemas da ética pública das estruturas políticas. A libertação seria antecipada por um longo processo de conscientização.

Sem negar a relevância plena e o conteúdo dos preceitos e normas universais consagradas, os vê como abstratos se desvinculados da realidade imediata.

Diverge radicalmente das bases éticas da justiça elaboradas por J. Rawls ao mesmo tempo que se fundamenta na construção de uma sociedade justa, para o que exigiria um esforço e luta de todos, destacando o papel central da

educação política. Tem em Leonardo Boff seu principal formulador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - **Ética**. Hühne, LM - U A P Ê - RJ, 1997.
- 2 - **Birth to Death**. Thomasma DC and Kushner T. - Cambridge University Press, 1996.
- 3 - **An Introduction to Bioethics**. Shannon T. A. - Paulist Press, USA, 1997.
- 4 - **Contemporary Issues in Bioethics**. Beauchamp T. L., Walters L. - Wadsworth Pub Co., USA, 1994. 5 - **A Philosophical Disease**. Elliott C. - Routledge, USA, 1999. ◆